

# MEMÓRIA CPC

DEPOIMENTO DO PROFESSOR  
NESTOR GOULART REIS FILHO

**MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO E EQUIPE DO CENTRO DE PRESERVAÇÃO  
CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**  
Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, São Paulo, Brasil

**DOI**

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i20p261-280>

## INTRODUÇÃO

Como parte de suas atividades de memória, a equipe do Centro de Preservação Cultural (CPC) recebeu o professor Nestor Goulart Reis Filho para uma conversa, no dia 13 de novembro de 2014, sobre a trajetória do órgão e de seu imóvel-sede, a Casa de Dona Yayá — bem cultural tombado pelos órgãos de preservação em nível municipal e estadual, cuja eventual demolição ou alienação da universidade fora revertida pela ação pioneira de professor Nestor Goulart.<sup>1</sup>

Em 1986, membro do Conselho Universitário, Nestor Goulart atuou na constituição e viabilização institucional de uma comissão permanente voltada à discussão de políticas relacionadas ao patrimônio cultural da Universidade de São Paulo. Foi o primeiro diretor da então chamada Comissão de Patrimônio Cultural, colegiado que passou a não só promover políticas públicas como a coordenar ações de conservação e restauro de bens culturais da universidade, como a Casa de Dona Yayá e a Vila Penteado.

1. A edição do depoimento foi produzida a partir da reorganização dos trechos de fala do depoente, de modo a reunir fragmentos temáticos comuns e facilitar sua leitura. As intervenções dos entrevistadores foram removidas e foram eliminadas algumas das marcas da oralidade, redundâncias não significativas verificadas ao longo do discurso. Foram eliminados ainda alguns trechos. O discurso foi, sempre que necessário à melhor fruição e fluidez da leitura, adaptado às normas ortográficas e gramaticais, sendo mantidas eventuais inconcordâncias, apenas em casos significativos. Transcrição: Giuliana Lima e Gabriel Fernandes. Textualização: Gabriel Fernandes. Colaboração: Jade Lockmann.

O professor Nestor Goulart Reis Filho é arquiteto e cientista social formado pela Universidade de São Paulo em 1955 e 1962, respectivamente, tendo atuado nos campos da preservação do patrimônio cultural, da história da arquitetura e da urbanização no Brasil. É professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), instituição onde também se doutorou em 1967 e da qual foi diretor entre 1972 e 1975. Entre sua vasta obra, destaca-se *Evolução urbana no Brasil (1500–1720)*, marco nos estudos de urbanização brasileira.

Em seu depoimento, o professor Nestor apresentou sua visão da problemática do patrimônio cultural, descrevendo como a fundação da antiga Comissão de Patrimônio Cultural se inseriu em um movimento mais amplo de transformações conceituais pelo qual o campo da preservação do patrimônio passava no país. Também falou sobre a cultura e a extensão universitária — e de como a discussão de políticas públicas como aquelas voltadas à preservação do patrimônio se insere neste universo. Hoje o Centro de Preservação Cultural — herdeiro direto da antiga Comissão — é um órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP que conta com uma vasta e consolidada trajetória, a qual não teria se revelado possível sem a ação pioneira conduzida naqueles primeiros anos aqui relatados.

#### A FUNDAÇÃO DA COMISSÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Agradeço muito por esse convite simpático para nós conversarmos um pouco: é a primeira vez que lembraram de conversar comigo desde 1986. Agradeço muito especialmente essa atenção porque foi um episódio importante naquela época para todos nós.

Agora: por que criar a CPC? Porque nós estávamos preocupados com o patrimônio da USP e dos edifícios — alguns deles esquecidos — que já tivessem sido utilizados pela universidade ou que tivessem pertencido a ela. Alguns deles eram bem interessantes, mas quase não havia documentação sobre isto: nós ainda a estávamos reunindo. Antes disso não havia a menor consciência sobre a importância dos edifícios da USP. Os advogados, por exemplo, têm estado a vida inteira a falar das arcadas, mas ainda que a Faculdade de Direito tivesse sido fundada num edifício de 1640 — o antigo Convento de São Francisco, do qual uma parte permaneceu ao lado da faculdade —, eles o demoliram. Demoliram as verdadeiras arcadas e fizeram

uma imitação! Havia, então, uma dificuldade de compreensão do problema. Mas, naquela época, isto começou a mudar.

Chega ao Conselho Universitário uma proposta do diretor da Escola Politécnica que consistia no pedido de autorização para venda do prédio velho da Escola, já que eles haviam mudado para a Cidade Universitária. Eles pretendiam construir um prédio na Cidade Universitária que pudesse servir de residência universitária, como era aquele que ficava ali ao lado do prédio velho, na Rua Três Rios<sup>2</sup>, mantido pelo Grêmio Politécnico e destinado a alunos do interior ou que tivessem alguma dificuldade. Era um projeto social interessante. Mas eles queriam fazer isto na USP e não havia dinheiro disponível: a medida sugerida e encaminhada ao Conselho foi vender em leilão os antigos prédios da Poli. O reitor achou que era uma ideia interessante, porque não havia mais necessidade da antiga sede: todos na cúpula da Universidade concordavam com aquilo.

Quando a proposta chegou, vi que não havia sentido. Levantei a questão e expliquei: “a USP não pode vender em leilão público o seu patrimônio. Não são doze bois que vocês vão mandar para um matadouro, vocês têm que ver que isso é a história da USP.” Aí foi um constrangimento, porque ninguém lá em cima havia pensado nisto. As chamadas “bancadas” — o pessoal mais moço, representantes dos professores doutores, dos estudantes, livre-docentes, etc. — se sensibilizaram com o assunto: começaram a falar sobre isto e tomaram a bandeira. Este assunto estava começando a esquentar no país e eles se entusiasmaram: tomaram uma boa parte da reunião do Conselho com a questão. O reitor, professor Goldemberg<sup>3</sup>, sempre teve atitudes bastante éticas nessas coisas: nós discutíamos assuntos técnicos com a maior liberdade dentro do conselho e ele não ficava ofendido. Discutia de igual para igual conosco. E como nós tínhamos sido diretores de unidade na mesma época eu não tinha nenhuma cerimônia: eu disse o que pensava no Conselho. Ele foi respeitoso, mas simplesmente não estava completamente convencido daquilo. Disse ele: “Tudo bem, traga uma proposta para a próxima sessão.” O documento que preparamos dizia basicamente que o Conselho Universitário e o Reitor deveriam ter uma comissão de

2. Refere-se à Casa do Politécnico, também conhecida como “Cadopô”, edifício atualmente pertencente à Prefeitura do Município de São Paulo.

3. José Goldemberg, professor aposentado do Instituto de Física e ex-reitor da Universidade de São Paulo.

assessoramento para avaliar o destino de todos os edifícios antigos da USP. A ideia era produzir pareceres, orientar as votações, não promover votações sem a orientação adequada. Os colegas das bancadas se entusiasmaram com a proposta e na segunda reunião ainda houve discussão — e é claro que, em meio a isto, surgiram exemplos como o da Casa de Dona Yayá.

É bom retomar um pouco da história toda pela gravidade, pela maneira como a coisa aparecia nos jornais, etc. A Casa foi transferida como herança jacente para a USP e foi abandonada, porque era muito mais cômodo para um funcionário burocrático da Universidade alojar nela um contínuo, por exemplo, do que tomar as providências necessárias para administrá-la. Eles não sabiam o que fazer com esse patrimônio. Além disso, nós tínhamos 400 imóveis recebidos em herança jacente pela Constituição de 1947 que deveriam ser vendidos em hasta pública para, aí sim, levantar fundos para construir alojamento estudantil — coisa que não era feita. Um senhor sozinho havia deixado em legado não sei quantos — uns 30, 40, 60 imóveis — para esta finalidade. Não foi sequer herança jacente: este era o destino definido por ele aos imóveis. A USP, então, tinha 400 imóveis e isso era tratado num local fechado, era um assunto que ninguém discutia — mas o caso da Casa de Dona Yayá chamava a atenção. Os jornais cobravam, o reitor não sabia o que fazer com isto. Valia também para o caso da FAU, que estava em situação difícil de conservação.

Fizemos a proposta: ele foi contra, mas nós ganhamos a votação — e aí eu digo da dignidade com que ele agiu respeitando o resultado, pois ele votou contra. Quando terminou, as bancadas disseram “nós queremos fazer eleição para o presidente da comissão”, ao que o reitor respondeu: “Ah não, disso eu discordo. Agora, o professor Nestor, que inventou a comissão, será ele a presidir. Ele vai resolver o problema. Ele é que vai ficar responsável, sobre isto eu faço questão! Foi ele quem inventou: ele vai criar e vai resolver.” Todos rimos! Lá fui eu, então, como presidente da comissão: as bancadas aceitaram, acharam graça. Era uma reação compreensível: eu ganhei a votação e ele perdeu, então eu tinha de me encarregar. O motivo da criação da CPC, então, era esse: chegamos a um certo momento em que o patrimônio recebido de graça estava sendo abandonado, literalmente abandonado, porque as pessoas da burocracia da Reitoria não tinham a menor noção do que era aquilo. Para eles era algo que só dava trabalho,

amolava. Uma parte desse patrimônio foi pilhada, grilada: nós o perdemos e os alunos nunca viram a moradia a que eles teriam direito. Era um negócio meio aborrecido, difícil de engolir.

Criamos a comissão e ela era composta por cinco pessoas. Da História eu escolhi o Ulpiano Bezerra de Meneses<sup>4</sup>. Da Geografia, a professora Lea Goldenstein<sup>5</sup>, que tinha sido minha professora. Não me lembro mais de todos os nomes, mas vocês devem ter isto registrado<sup>6</sup>.

Enfim: a ideia era ter um quadro enxuto para organizar as coisas e ter bolsistas para serem treinados, porque universidade é isso. Tem outras coisas correlatas, mas foi assim que nós trabalhamos e conseguimos fazer muita coisa com pouca gente, porque todo mundo tinha o seu papel naquilo, era algo muito objetivo. A burocracia também era pequena, porque nós éramos poucos, era mais cuidar das reuniões do conselho e dos despachos com o Reitor. E assim a Comissão foi fundada.

## O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Eu gostaria de discutir o problema da conceituação: acho muito importante vocês entenderem do que nós estamos falando e o que procurávamos fazer. O patrimônio cultural, antes do Iphan, era iniciativa de pessoas dos estados de Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro. Eram pessoas de formação tradicionalista: elas tentavam, portanto, preservar os símbolos das tradições. Foi uma política estabelecida para a América Latina no Congresso Panamericano de Arquitetos de 1922, quando se oficializou o que nós chamamos de neocolonial como a arquitetura adequada para a América Latina, em oposição ao ecletismo europeu. A Primeira Guerra tinha acabado e a Europa passava por um processo de renovação, então eles sonhavam aqui com uma renovação, com a conquista de autonomia. Era uma forma de nacionalismo, da mais rasteira: era preciso ter um estilo nacional. O que era,

4. Ulpiano Bezerra de Meneses, professor emérito da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tendo se dedicado ao estudo da cultura material e do patrimônio cultural, entre outros assuntos. Foi membro da Fapesp, do Condephaat, desde 2005, conselheiro do Iphan.

5. Doutora em Geografia Humana e professora da USP.

6. Compunham a Comissão em seus primeiros anos os professores Nestor Goulart Reis Filho, Léa Goldenstein (Departamento de Geografia da FFLCH), Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (Departamento de História da FFLCH), Walter Zanini (Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicação e Artes) e o estudante Lúcio Marcos Gonçalves Prado.

então, o estilo nacional para eles? O colonial — o que é uma contradição em termos, porque toda a história é a independência da colônia. Volta-se, então, a ser colônia: isso era considerado modernização.

Eles estavam ligados às classes rurais, a proprietários rurais e a famílias tradicionais, sujeitos que se afirmavam através disto. Não foi, portanto, uma invenção dos mineiros, baianos ou pernambucanos: foi uma política implantada em escala continental, que tinha relação com o que acontecia na França e na Alemanha antes da Primeira Guerra. Eram os movimentos nacionalistas que se utilizavam de coisas como estas — e se vocês quiserem ir mais longe, pode-se dizer que o neogótico na Escócia e Inglaterra, no tempo de Walter Scott, tinham a ver com uma volta às origens, com a religião católica, com uma reação à industrialização e à mercantilização. Isto tudo chega aqui, então, de um modo muito parecido: em um estado como São Paulo, por exemplo, com grupos tradicionais contra grupos industriais, contra a engenharia. Eram advogados, fazendeiros de café — tradicionalistas, enfim — contra os outros que assumiam um sentido capitalista, burguês, industrial, ou realmente de inovação. Classes médias, movimento moderno. Era outra coisa, mas não havia de fato separação: o mesmo Mário de Andrade estava de um lado e estava de outro. A consciência deles não era tão nítida quanto a gente gostaria que fosse...

Quando o patrimônio foi criado com o Iphan, a visão era, em princípio, técnica. Os arquitetos do Iphan eram tão radicais nisso que nunca admitiram a presença de historiadores: Lúcio Costa nunca permitiu que o Iphan contratasse um historiador. Incrível! Aqui a coisa era assim: “Não: somos outra coisa. Clube do Bolinha! Não pode gente de fora.” No Iphan, portanto, a história era feita pelos seus arquitetos, não pelos historiadores. É uma mudança em relação aos tradicionalistas, pois, em primeiro lugar, o que surge é uma visão técnica do patrimônio — segundo padrões internacionais que não tem nada que ver com os tradicionalistas. Os objetos de tombamento, porém, eram os mesmos. Por outro lado, eles pulam o século XIX: pulam o neoclássico e o ecletismo e chegam diretamente à vinda do Le Corbusier em 1930. Era tão inconsequente quanto todo o resto, porque isso é uma incoerência — mas eles não achavam. Era uma tentativa de promover uma relação entre a arquitetura moderna e as raízes sociais brasileiras: eles juntaram as duas coisas, como estamos fartos de saber. Mas é preciso

pensar nisso, escrever, deixar isso claro, ou do contrário as novas gerações não vão entender essa mexida toda.

Recebíamos do Lúcio Costa e do Patrimônio tanto uma visão sobre a arquitetura contemporânea quanto uma visão sobre a arquitetura tradicional — e o Brasil é dos poucos países do mundo em que isto aconteceu. Na Inglaterra, por exemplo, o indivíduo que estava em defesa do patrimônio cultural era inimigo do modernista. Existiu todo um movimento contra os modernistas — e contra a posição do Le Corbusier em específico, que costumava dizer “vamos demolir Paris inteira, só fica a Catedral!” Os nossos fizeram a ponte. Entendo, então, que uma proposta cultural importante que se configura a partir daí é que o estudo da arquitetura dessa maneira se associava diretamente ao estudo de nossas raízes.

Na FAU, nós pensávamos desde o início de 1948 até 1974, 75, em ter o curso de restauro. No momento em que montamos a Comissão de Patrimônio Cultural da USP, era isto, era esta a mentalidade, mas com uma diferença importante daquela que estudamos a partir do Lúcio Costa, que eu tenho dificuldade de esclarecer. Em primeiro lugar: nós não pulamos o século XIX. Em segundo lugar: nós saíamos fotografando casas como a de Dona Yayá, que do ponto de vista da arquitetura não eram excepcionais. Pegávamos aquilo que era comum: o padrão não erudito, o padrão transmitido pela prática. É um pouco o conceito de — como se chama? — “vernáculo”.

Nossa geração, então, começou a sair pela rua: eu pegava minha maquininha, saía pela Rua Major Sertório, em volta do IAB<sup>7</sup>, fotografando a rua. Fotografava e não conseguia entender o que eu via: eu tinha um desespero de interpretar aquilo. O *Quadro da arquitetura*<sup>8</sup> é o resultado desse esforço de interpretação. Eu ia para a rua e dizia: “Bom, essa mudança de fachada não diz nada. Então, o que muda?” Eu ia me dando conta do lote urbano, começava a construir relações com o urbanismo. Eu via a casa se mexendo e comecei a entender o que estava mudando. Que a casa mudava, mudava. Mas o que mudava? Mudava a maneira da casa se por no espaço urbano, no lote, na cidade. Trata-se de um projeto que nunca tinha sido de interesse do Iphan: nossa geração fez isto. É um movimento

7. Instituto de Arquitetos do Brasil.

8. *Quadro da arquitetura no Brasil*, livro publicado pelo prof. Nestor Goulart em 1973.

que tem muito a ver com o conceito de formação. Luís Saia também usava essa linguagem (“formação social”): como ele fez curso de etnografia com a dona [*Dina*] Lévi-Strauss e Mário de Andrade, ele recebeu essa formação sociológica na origem, assim como eu também recebi.

Depois, nos anos 70, ocorre uma mudança no Iphan com a saída do Rodrigo de Melo Franco — um tradicionalista com cara de moderno — e a entrada de Renato Soeiro<sup>9</sup>, que começou como estagiário nessas coisas. Já não era da nossa geração, mas era intermediário: ele entrava na linha do que estava mudando na Unesco, em que o conceito de patrimônio pela exceção é ultrapassado e se começa a pensar no conjunto das cidades, nas cidades históricas, na responsabilidade do patrimônio no conjunto, como política pública.

Soeiro promoveu o encontro de Brasília<sup>10</sup> — eu estava lá. Sobre isto, todos falam sobre o “ministro Passarinho”<sup>11</sup>. O Passarinho entendia de ninho, não entendia nada disso: quem entendia era o Soeiro! Passarinho foi o ministro que endossou aquilo — pois isto interessava também à política dos militares, de por dinheiro nas cidades das regiões atrasadas. Mas o fato é que se começa a se implantar uma política pública de patrimônio: todas as instâncias de poder foram mobilizadas para tratar do problema da cultura. Órgãos públicos, empresas públicas: a ênfase do patrimônio no excepcional é deixada de lado e começa a entrar no mais comum. Para nós foi um problema de geração: eu não conhecia Paulo Armino Azevedo, mas quando ele dirigiu o serviço estadual, na Bahia, fez aqueles inventários maravilhosos. É muito engraçado, é um problema de geração. Nossas cabeças foram formadas vendo isso desse modo, era diferente.

A CPC, então, entra como uma parte da responsabilidade da USP em um contexto de política pública em que cada um assume sua parte. O patrimônio não é algo que está fora do cotidiano. Eu acho isso importante de entender: não é um depositário de tradições. É claro que o professor da Faculdade de Medicina, por exemplo, queria tombar o edifício, preservar as tradições, mas não é o mesmo que nós. Por outro lado, quando o metrô

9. Renato de Azevedo Duarte Soeiro, segundo presidente do Iphan, de 1967 a 1979. A ele credita-se a início do “período moderno” do órgão.

10. Refere-se provavelmente ao Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio, ocorrido em Brasília em 1971.

11. Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação.

resolveu passar dentro da Faculdade de Medicina, cortar o jardim deles a 4m da entrada, eles deixaram de cerimônia, pegaram o telefone e me pediram socorro. Eu ainda estava aqui: pulamos no pescoço do pessoal do Metrô. Mudaram o projeto. Como não mudariam? O metrô passaria a quatro metros da janela. Além disso, seriam oito anos com aquelas valas abertas. Isto acabaria com a Faculdade de Medicina.

São, entretanto, essas diferenças que eu acho fundamentais: uma coisa era tombar porque são as nobres tradições da Casa de Arnaldo, como eles gostam de dizer. Outra coisa é você dizer “este é um edifício da Universidade de São Paulo, perfeito, arrumado, etc. é a nossa história, não vão por a mão em cima disso, não vão destruir o nosso edifício.” É uma outra política.

Cada um, então, cuida do seu: as universidades, as próprias indústrias, começam a assumir isto, e deixam de apagar sua história. É uma história de trabalho — e isso precisa ser visto desse modo. Por isto acredito que não faria sentido falar na existência da Comissão sem destacar essa abordagem.

#### A CASA DE DONA YAYÁ

Nossos primeiros trabalhos envolveram a Casa de Dona Yayá e a casa da Rua Maranhão. Sobre a Casa de Dona Yayá vale a pena contar. A Reitoria sempre tinha a mania de fazer um arranjinho para alguém cuidar dos imóveis que estavam desocupados. Aí os jornais começaram a reclamar: o Goldemberg queria saber como estavam as coisas e eu mandei fazer um levantamento para saber a situação.

Descobri que aqui na Casa de Dona Yayá funcionava um acordo com uma entidade cultural que atuava no Centro. Entidade cultural essa que ninguém sabia muito bem o que era — e que mantinha aqui um cassino. Dentro da USP funcionava uma casa de jogo, em nome da cultura! Vocês sabem: tais entidades filantrópicas eram de fato entidades “pilantrópicas”. O discurso era muito bonito: cada vez que você tentava botá-los para fora eles reclamavam, porque eles não cobravam nada para cuidar do prédio. Estariam fazendo um “favor” para a USP! Achavam que ela não tinha do que reclamar: nós tínhamos de ficar quietos e humildes!

Como vinham aqui toda noite, parecia que cuidavam da casa. Claro que vinham toda noite: mantinham uma casa de jogo aqui dentro. Carteadado aqui toda noite, estavam ganhando um monte de dinheiro. Jogo! Mantinham

uma casa de jogo! Herança jacente, de Dona Yayá, que deveria ser usada, caso vendida, para fazer alojamento de estudante, estava entregue a terceiros que mantinham aqui uma casa de jogo. A coisa foi assim: “ou sai de lá, ou começa o processo.” Eles saíram em uma semana. Aí nós entramos e começamos um projeto para restauro da casa.

Tomamos o prédio e juntamos a equipe da FAU — até para não haver ciúmeiras, resolvemos juntar todo mundo nessa aventura. Era isto o que nós queríamos. Apesar de algumas diferenças que alguns de nós, mais velhos, tínhamos, era muito agradável. Naquele tempo nós estávamos aqui com um grupo grande: o Antônio Luiz Dias de Andrade<sup>12</sup> — que era diretor do Iphan e sem o qual eu não teria deixado isso tudo —; Regina Tirello<sup>13</sup>, que era nossa arquiteta e restauradora. Nós almoçávamos aqui nas cantinas toda quarta-feira: vinham também o Júlio Katinsky<sup>14</sup> e João Toscano<sup>15</sup>, que eu tinha contratado para fazer aqui o projeto de uma adaptação, assim como ele tinha feito na Rua Maranhão<sup>16</sup>. A ideia era ter um centro cultural com mais recursos. Então nós fazíamos reuniões: isso para nós, no Departamento de História, era uma oportunidade de nós discutirmos todos juntos sobre projetos, algo que não acontecia. Estávamos, então, muito entusiasmados em trabalhar desse modo.

Para o grupo do Departamento era a esperança de nós podermos mais tarde implantar o curso de patrimônio e restauro na FAU, que infelizmente, com o falecimento do Antônio Luiz, tornou-se impossível. Porque, você sabe — como é o caso dele e de outros —, leva 10, 15 anos preparando uma pessoa para poder fazer isso. E o Saia<sup>17</sup> levou 10, 15 anos preparando o nosso

12. Antônio Luiz Dias de Andrade, conhecido como “Janjão”, foi superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico em São Paulo entre 1978 e 1994.

13. Regina Tirello, docente da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp e conselheira do Condephaat no biênio 2013–2015. Integrou o corpo técnico da Comissão do Patrimônio Cultural desde 1988 até sua transformação em Centro de Preservação Cultural, aí permanecendo até 2006.

14. Arquiteto formado pela FAUUSP, na qual desenvolveu carreira docente e onde foi diretor entre 1994 e 1998.

15. João Walter Toscano foi arquiteto e professor do Departamento de História da Arquitetura da FAUUSP.

16. Referência ao edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo localizado na Rua Maranhão, em São Paulo, onde funcionam os programas de pós-graduação da unidade.

17. Luís Saia, engenheiro e arquiteto, responsável por relevantes e pioneiras obras de restauro em São Paulo. Foi chefe da 4º Distrito do Iphan, em São Paulo, até seu falecimento em 1975, sucedendo Mário de Andrade.

prezado Janjão lá dentro para sucedê-lo, e nós na FAU a mesma coisa. Então de repente ficou um vazio, e por outro lado, nós nos afastamos da CPC e fomos perseguidos. Não sei bem porque, talvez porque às vezes eu seja meio desabrido, mas realmente fomos perseguidos e alguns processados, porque não se podiam contratar pessoas da USP.

Nós nos reuníamos, discutíamos com a Regina, estabelecíamos os padrões e na semana seguinte vínhamos ver. Eu me lembro, por exemplo, do deslumbramento quando descobri que esta Casa tinha sido um chalé, um típico chalé de fins dos 1800, 1870. Conseguimos descobrir quando foi, como foi feito: era uma outra casa embaixo desta. E foi a única casa nesta região, por muito tempo, em cima da cabeceira do córrego. Vivenciamos estas descobertas por muito tempo, inclusive a parte da cartografia.

Enfim: começamos por essas duas, FAU Maranhão e Casa de Dona Yayá, porque estavam mais ao nosso alcance. Esta, em particular, por causa da pressão, sob todos os aspectos: os jornais estavam em cima, era uma esquisitice. Todos os jornais sempre gostaram dessa história romântica de Dona Yayá. Até onde se pode perceber, ela era uma mulher rica, moça rica, voluntariosa. Ela tinha uma vida mais independente, numa época em que isso era impensável. A família começou a fazer pressão, começou a confiná-la para ela não fazer o que ela bem entendesse. E ela provavelmente pirou nesse confinamento.

Trabalhando neste imóvel, aliás, nós acabamos vendo as condições de formação e evolução da sociedade: a partir das evidências materiais com as quais nós trabalhamos, ao estudá-las, nós estamos estudando a formação social brasileira. Trabalhamos já com maior harmonia com sociólogos, etnólogos, geógrafos, arquitetos. Porque isto não é um presentinho especial para ser guardado na joalheria dos arquitetos: é a documentação sobre um processo — e tem de ser onde ele está.

## POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO PARA A UNIVERSIDADE

Vinha, então, a questão da abrangência de nosso trabalho: lembro que pegamos primeiro os edifícios que nós tínhamos. Dos edifícios antigos da USP alguns foram demolidos, mas tentávamos reunir a documentação — fazia isto como pesquisa pessoal. Alguns dos primeiros edifícios da Faculdade de Medicina, por exemplo, eram alugados e foram mais tarde demolidos, mas

eram interessantes — assim como os de outras unidades, como a Faculdade de Direito. Tentamos reunir esta documentação, procuramos enxergar este universo para poder situá-los. Isto constituía um dos aspectos. O outro dizia respeito às coleções de objetos. Afinal, temos os museus, acervos grandes. Porém, isto não era olhado como patrimônio, era visto como propriedade dos museus ou das faculdades, ou coisa que o valha.

Em meio a esta discussão, começamos a ver uma outra coisa, com a qual tivemos muita dificuldade: os acervos documentais. Nós nos demos conta deles — inclusive pelo nosso próprio trabalho, percebemos que acumulamos material de pesquisa durante uma vida. Percebemos, por exemplo, que o pessoal da Saúde Pública, durante cinco ou dez anos, faz pesquisa e levanta dados, digamos, sobre tuberculose em jovens. Depois, por razões da vida, o pesquisador deixa a faculdade e vai para algum outro lugar. Aquele acervo fica esquecido. Vinte anos depois, seria importante para os novos pesquisadores deste tema ter acesso aos dados anteriores, para fazer comparações. Portanto, tratava-se de algo que não podia ser jogado fora. Hoje em dia seria usual a digitalização dos dados e sua renovação permanente — porque o que interessa são os dados, não a materialidade da coisa. Mas em outros casos, a materialidade é importante. Esta questão deu muito trabalho, nós tivemos muita dificuldade, não conseguimos implantar: há resistências nas faculdades, os chefes de departamento acham que aquilo não tem valor, há implicações de uns com outros.

É uma questão para a USP, ainda mais intensa em outras unidades. Um caso típico, por exemplo, ocorrido na Biologia: quando o professor Pavan<sup>18</sup> se aposentou, ele foi à Europa. Voltou e veio falar comigo — nós nos encontrávamos com frequência nos restaurantes da USP. Ele estava amargurado: para ficarem com a sala dele, pegaram em sua ausência seus arquivos e jogaram no corredor. O Pavan foi presidente da SBPC<sup>19</sup> e tinha acabado de sair da presidência do CNPq<sup>20</sup>. Fazia parte da Comissão de Ética Biológica do Vaticano. No auge da ditadura, ele presidiu aqueles órgãos e nos representou. Quando era moço — ele foi da primeira ou da segunda

18. Crodowaldo Pavan foi pioneiro dos estudos em genética no Brasil. Atuou como pesquisador e professor nessa área nos EUA e no Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo.

19. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

20. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

turma da Biologia da USP — viajou aos EUA após o fim da II Guerra para estudar genética. Foi o primeiro brasileiro a estudar genética. Queriam que ele ficasse lá, mas a resposta dele foi a seguinte: “Não, tenho que voltar para formar gente no meu país.” Esse era o Crodowaldo: trabalhou até os 92 anos! Em certa ocasião eu o encontrei com um orientando lá embaixo, no restaurante da Economia, em uma mesinha pequena. Vitimado pelo câncer, em poucos meses ele morreu. Mas estava dando orientação aos 92 anos! Aí, o que fazem com o acervo dele? Jogam fora. Um arquivo dos primórdios da genética no Brasil. Estou dramatizando um pouco para vocês entenderem o que era o problema dos arquivos na USP.

Existem os acervos das bibliotecas e os externos às bibliotecas. Nas bibliotecas, constatamos — com surpresa — que as bibliotecárias da USP não sabiam o que eram obras raras. Certo dia, abrimos o *Estado de S. Paulo* e nos deparamos com um editorial que pedia ao governador que destituísse o reitor da Universidade. Pedia a demissão do reitor! O motivo eram os livros da antiga biblioteca central. Quando a USP foi fundada, vieram os franceses para formar a Faculdade de Filosofia. Eles trouxeram as melhores coleções de livros para montar a biblioteca da faculdade. Havia um projeto de universidade, muito desenvolvido, no qual a Faculdade de Filosofia seria uma peça central. Ela deveria fornecer todas as disciplinas básicas e para isto precisava de uma biblioteca central. Tal biblioteca foi de fato montada, mas o acervo não foi comprado pela USP: foi trazido pelos professores. Foi o Fernand Braudel, foi o Lévi-Strauss, foram as maiores cabeças do século XX, da segunda metade do século XX, aqueles que tinham sido nossos fundadores. Eles deram os livros deles.

Então o professor Witter, da História, que tinha acabado de chegar à comissão, teve uma convulsão! Ele teve muita, muita raiva. Porque alguém convenceu o reitor de que a velha biblioteca central não era mais necessária — ela esteve algum tempo no prédio da Reitoria. Os livros foram mandados para o prédio velho da Rua Helvetia, um antigo edifício de escritórios que estava fechado desde que a Reitoria tinha se mudado — eu, ainda como estudante, frequentava aquela Reitoria. Quando os livros foram para lá, porém, o prédio estava deteriorado no meio da Cracolândia. Os moleques jogavam pedras, pombos entravam. Estava tudo sujo, infestado: os livros, obviamente, também sofreram com isto. Começou a dar inseto.

A posição da bibliotecária-chefe de lá foi a seguinte: “olha, isto aqui é tudo lixo, o que vamos fazer com isto? Vamos vender como lixo!” Prepararam, então, uma licitação. Vieram três caminhões de lixo e levaram aquele acervo todo embora. Daí chegaram em suas casas e limparam aquele lixo: estava tudo com o *ex-libris* da USP, na semana seguinte, os livros da Biblioteca Central da USP estavam sendo vendidos a preços exorbitantes nos antiquários de São Paulo. E a USP os vendeu a tonelada!

O que ocorreu, então, foi o seguinte: existe uma seção de obras raras na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da qual sou frequentador. Tenho amizade com Lygia Cunha, que trabalha lá. Pensei: “vamos trazer dona Lygia para dar um curso.”

Ao fim disso tudo, as bibliotecárias nunca registraram o que nós havíamos revelado. Mas não tem importância: elas fizeram o curso e implantaram o sistema de obras de obras raras. Um ano ou dois antes disto, quando meu pai faleceu, minha mãe havia tentado dar os livros antigos de meu avô, de 1880, da Faculdade de Medicina. A resposta das bibliotecárias foi: “Não interessa, ninguém lê. Isso é livro velho: não precisamos, pode jogar fora, porque ninguém mais usa.” Por isto nós nos propusemos a oferecer o curso e chamamos dona Lygia — figura extraordinária, essa já se foi. Era uma baixinha, meio gordinha, publicou muita coisa. Sabia tudo sobre obras raras! Ela deu o curso e daí se criou o sistema de obras raras — inclusive porque se tratam de obras que têm um valor especial. Cada livro desses, raros, tem um preço que não é o de mercado. Precisa de uma câmara fechada, de um controle específico, não se pode permitir acesso a todo mundo.

Por exemplo: o que podia acontecer? Tinha um sujeito que ia fazer visita na FAU e na História para roubar os livros. Ele cortava com navalha os que tinham gravura na FAU, deixava só a capa. Na História, ele descobriu um jeito de descer uns ganchos a partir dos domos da cobertura, em cima de onde ficava a biblioteca. Ele deixava os livros nas mesas, à noite, antes de sair. Então eles desciam umas coisas e os puxavam. No dia seguinte o livro tinha sumido.

Tivemos de começar do zero. O problema não estava nas pessoas não entenderem o que estávamos dizendo: elas não entendiam sobre o quê nós estávamos falando. Estamos falando de obras raras. Não pode deixar todo mundo mexer: é preciso administrar os bens raros. Tínhamos, então, de

pensar nisto tudo, cuidar desses acervos, porque eles estavam se perdendo. A cartografia, em particular, me preocupava, porque trabalhei uma boa parte da minha vida com isso. A Politécnica, por exemplo, tinha coleções de plantas antigas, mapas gerais, plantas de cidades, fontes para poder ver a história do urbanismo. Ou os projetos que a FAU começou a recolher. A primeira coleção de projetos, na Rua Maranhão, era a do Pilon<sup>21</sup>, doada pela família dele. As bibliotecárias não quiseram receber! E olha que eram excelentes bibliotecárias. Diziam:

— “Nós não temos como cuidar disso, o que vamos fazer? Tem que classificar.”

— “Então, nós vamos classificar!”.

Peguei dois bolsistas e organizamos tudo — nos bons tempos da Fapesp, quando só havia a FAU, recebíamos todo o dinheiro para Arquitetura e Urbanismo, tínhamos tudo o que precisávamos. Era a única coleção de projetos, mas elas encostaram lá num armário na sala 12, lá no fundo, e ninguém consultava aquilo. Faziam o maior pouco caso. Mas aí morreu algum ex-professor da FAU e o problema se agravou. Elas já começaram a dar valor.

Hoje, o acervo de projetos é a menina dos olhos da biblioteca. A FAU recebeu até mesmo o acervo do seu grande rival, o Christiano das Neves<sup>22</sup>. Christiano era acadêmico, criou a Faculdade de Arquitetura do Mackenzie. Ele sempre ficou enciumado que a FAU era moderna. Quando ele morre, o que a família faz com o acervo de projetos? Doou para a FAU! É de se pensar: “bom, agora nós conseguimos fazer uma coisa séria.” Ou seja: o homem passou a vida detestando a FAU, por razões profissionais. E a família reconhece que o único lugar para preservar a obra dele é na própria FAU. Único lugar em que iam dizer: “era um bom arquiteto.” “Era acadêmico, mas era um bom arquiteto. Fez uma obra importante. É fundamental essa documentação.” Isto mostra que já tínhamos um *know-how*. Hoje tudo isso é rotinizado dentro da biblioteca, mas antes não era. Foi feito passo por passo.

E quando nós mudamos, a toque de caixa, por causa dos militares, para a Cidade Universitária, em fins de 1969, desmancharam tudo. Tive

21. Jacques Pilon, arquiteto francês radicado no Brasil. Autor de relevantes obras da primeira metade do século XX na cidade de São Paulo, como a Biblioteca Mário de Andrade e o Hotel Jaraguá, em parceria com Franz Heep.

22. Christiano Stockler das Neves, um dos fundadores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie.

que pegar tudo de novo, arrumar tudo de novo. Então, à medida que arquitetos ligados à FAU, ex-professores, faleciam, o acervo aumentava e a coisa começou a andar. Já a primeira coleção bibliográfica foi a do Anhaia Melo, que eu resolvi buscar com a família, mais ou menos em 1974. A viúva doou. Ou seja: você pode chegar e saber o que o Anhaia Melo lia. Na época ainda não havia essa mentalidade.

Cultura é essa coisa toda, faz parte da vida. Não é uma coisa que está separada: eram coisas novas que tínhamos que implantar.

Havia também o problema dos quadros profissionais: não tínhamos ninguém para fazer restauro, os nossos iam para o Iphan. Conseguimos a Regina, mas nós precisávamos pensar em formar quadros para o restauro arquitetônico. Montar formação de pessoal fazia parte da ideia. Havia o problema da conservação de objetos também. Eu ia ao Museu do Ipiranga, onde havia quadros de restauro de papel, de tecido, eles estavam começando. Eu queria também trazer o pessoal de Belo Horizonte. Na época, a mulher do reitor da Universidade Federal de Minas Gerais trabalhava com restauro: ela conseguiu que ele criasse aquele centro em Belo Horizonte, o Cecor<sup>23</sup> — que é uma beleza, ela pôs tudo o que precisava do mundo lá. Mais tarde ela separou do marido, mas ficou o centro de pesquisa.

Pensei: “precisa trazer o pessoal de lá para dialogar com a gente, para que a gente saiba o que nós temos que fazer.” Certa noite, então, eles concordaram, ela me telefonou. Montamos a coisa, compramos as passagens, marcamos a reunião, etc. Aí mudou o governo: quanto estava a três dias de fazer o encontro aqui na USP — e estávamos todos entusiasmadíssimos, estávamos preparando isto a CPC e eu, era um feito cultural — entra um cavalheiro, chamado Collor de Mello, e congela os fundos da USP. Nós tínhamos as passagens, mas não podíamos pagar o hotel. Congelamos tudo. Deu uma mão de obra de seis meses. Depois precisamos montar tudo de novo, quando o dinheiro voltou a circular. Aí nós preparamos tudo outra vez. Ficou tudo pronto, montamos de novo e ele congelou outra vez. Como vocês veem, no Brasil tudo é fácil. Briguei, então, com o reitor, que já não era o Goldemberg. Expliquei algumas coisas que achava que ele tinha de fazer, então nos desentendemos. Saí da CPC e nunca mais voltei.

23. Centro de Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis.

Mas para dar uma ideia do problema, nós tínhamos que nos conhecer na USP. Estava cada um em seu canto, nós não nos conhecíamos. Com as bibliotecárias, dentro de certos limites, deu certo. Quer dizer, elas tocaram a parte delas. Nunca quiseram reconhecer que foi a CPC que começou, mas isto é problema de vaidade, não é o que interessa. A coisa começou a funcionar. A Poli, por exemplo, começou a descobrir uns mapas do começo do século XX, doou alguns para a FAU. Então os quadros técnicos nós tivemos que montar desse modo, buscar fora e desenvolver.

#### A CULTURA E A EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Nós achávamos que deveria existir uma Pró-Reitoria de Cultura com esse sentido: pensar em políticas públicas, pensar na formação brasileira, nas condições de vida social, no estabelecimento de uma pesquisa com perspectiva sobre o passado, sobre o presente e sobre o futuro. A cultura entendida nesse sentido. Quero dizer: a Universidade não é um amontado de informações, ela tem que se posicionar. Foi fundada com essa intenção — e foi um sucesso enquanto tal. Quando foi criada, trouxeram as maiores cabeças da Europa para a nossa Universidade. Como fizeram isso, como é que selecionaram? Não sei, mas o fato é que pegaram, entre os historiadores, em 1934, [*Fernand Braudel*], aquele que em 1947 seria o maior historiador do mundo. Eles pegaram em 1934 na Antropologia um indivíduo que nem era antropólogo, mas filósofo — que era o [*Claude*] Lévi-Strauss — e que depois, em 1950, 1960, seria o maior antropólogo do mundo. E assim fizeram com Matemática, com Física, etc. O que se desejava era que o estado de São Paulo, na sua modernidade, tivesse uma instituição que marcasse sua presença.

E aceitamos este papel — hoje precisamos pensar no Brasil urbano, na nossa metrópole, na macrometrópole de 30 milhões de habitantes, etc. Nós temos de ter uma visão, um recorte cultural de nossa ação que não seja simplesmente assistencialista. Não se trata de assistencialismo. Não é para chegar e ter um programinha de estímulo para um estudante fazer arte: não acho que seja isso. Isso aí vai para a Secretaria de Serviço Social. Não é isto. Estou pensando em outras coisas: como participamos do processo social. Trata-se de uma dimensão cultural que, caso ignorada, vai se limitar à dimensão técnica, segmentada.

Alguém está se beneficiando do desenvolvimento do nosso estado e do nosso país — mas nós somos inconscientes, somos inconscientes de nossa própria cidade, não conseguimos resolver problemas nem de estacionamento, nem de travessia de pedestre, nada!

A Pró-Reitoria de Cultura avançou muito ao que já foi. Então, o que nós entendemos como cultura? É o problema da visão de conjunto: não se trata de pedir ao sociólogo para fazer análise sociológica, mas trata-se de uma visão social que é do sociólogo, do arquiteto, do urbanista, do engenheiro, etc. Os engenheiros têm que ver com isto, como é que não têm? A engenharia brasileira produziu coisa na área da cultura o tempo todo, a começar por Euclides da Cunha — e antes dele, Teodoro Sampaio, filho de escrava em família de senhor de engenho no Nordeste. Teodoro Sampaio foi mandado para o Rio: entrou para a Escola Central, uma escola militar, e estudou Engenharia. Trabalhou na missão do Vale do São Francisco com aqueles estrangeiros. Formou-se um pesquisador notável: fez o estudo da história de Salvador e o estudo da cidade de São Paulo.

Antes do meu trabalho — desculpe, não é questão de falta de modéstia — eu não reconheço competência profissional em ninguém a não ser nele. Enquanto estudava no Rio, ele trabalhava de noite — para conseguir comprar a alforria da mãe e dos irmãos, escravos do pai dele. Esse era o Teodoro Sampaio. Engenheiro, negro, que se impôs na Bahia como historiador e geógrafo. Veio para São Paulo em 1892, 1893, ajudou a instalar água e aqui se impôs como homem da cultura, com todos aqueles preconceitos. Era um sujeito extraordinário.

Nossa Engenharia está cheia desses sujeitos com essa visão de mundo. O que o Euclides da Cunha escreve sobre o meio do Nordeste n'Os sertões é fruto dos levantamentos feitos pela comissão geográfica, que levou anos andando. Nenhum literato teria conseguido escrever aquilo que ele escreveu sobre o sertão do Nordeste se os dados não estivessem arrumados. Biologia, etnografia, tudo! Nosso amigo Teodoro se formou nessa coisa. Eram engenheiros que possuíam essa visão. Assim como Anhaia Melo<sup>24</sup>, nosso professor e fundador — criador da primeira escola de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. As outras escolas eram só de Arquitetura: não existia isso no Brasil.

24. Luís Inácio de Anhaia Melo, professor da Escola Politécnica e, posteriormente, da FAUUSP, da qual foi um dos fundadores.

Anhaia Melo era extremamente culto: tinha lá as manias dele, mas era um homem muito, muito culto. Ele lia em cinco ou seis línguas, mantinha tudo aquilo atualizado, inclusive em alemão. Tivemos, certa vez, aliás, um colega alemão que falou com ele em sua língua e Anhaia Melo não respondeu... Ficou aquele constrangimento: ele lia, mas não falava, não tinha ouvido. Nunca havia conversado com ninguém em alemão, mas lia em alemão, em italiano, em espanhol, em inglês, etc., etc. Anhaia Melo foi o primeiro brasileiro a propor agências reguladoras de serviços públicos, em 1928. Nosso fundador! Há uns cinco ou 10 anos alguns sujeitos apareceram e começaram a se apresentar como inventores disso: não conhecem história! Anhaia Melo estudou os americanos nos anos 20, nos anos 30. Escrevia e publicava sobre o assunto, engenheiro-arquiteto formado pela Poli.

Precisamos de uma visão de síntese do mundo, ter clareza de nosso compromisso com a nossa cidade, com a nossa sociedade. A sociedade urbana ainda raciocina como se fosse rural. Acho que é isto que deve ser feito, como a Faculdade de Filosofia faria de início: reunir as várias áreas de Humanidades da universidade para tentar fazer um trabalho conjunto, de pesquisa, de curso. Um projeto conjunto de universidade em relação à sociedade. Para mim, a Pró-Reitoria é isso.

Quero dizer: quando pegamos as linhas de pesquisa, avaliamos a necessidade delas para a sociedade. O professor William Saad Hossne<sup>25</sup>, ainda vivo, quando foi o segundo diretor da Fapesp, elaborou uma proposta notável, que nunca foi levada a sério. Ele disse: “metade do dinheiro continua sendo cedido para quem pede” — ou seja, elabora projeto de pesquisa e apresenta para solicitar o recurso —, “para a outra metade pegamos os cinco ou dez pesquisadores mais experientes de cada área e fazemos uma reunião. Perguntamos a eles o que o Brasil precisa, o que é mais urgente para pesquisar.” Projetos grandes: o que é que nós precisamos fazer para o Brasil? Se dissermos “restauro”, o que precisa ser feito? Hossne dizia: “Fazemos um projeto grande e chamamos estes mais experientes. Metade do dinheiro da Fapesp deve ir para estes projetos, porque esse dinheiro vai servir para responder aos problemas da sociedade.”

25. Professor titular da Unesp, foi diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu. Conduziu curso sobre bioética em São Paulo.